Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 79: ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 79 Brasília, 19 de abril de 2017

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 24/03/2017.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 79: ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

1. Aplica-se a prescrição quinquenal do Decreto n. 20.910/32 às empresas públicas e às sociedades de economia mista responsáveis pela prestação de serviços públicos próprios do Estado e que não exploram atividade econômica.

Julgados: AgRg nos EDcl no REsp 1300567/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/06/2015; AgRg no REsp 1400238/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/05/2015; AgRg no REsp 1289200/SE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/03/2015; REsp 929758/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 14/12/2010; REsp 1196158/SE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 30/08/2010; AgRg no AgRg no REsp 1075264/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe 10/12/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 436)

2. Inexiste direito à incorporação de vantagens decorrentes do exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública indireta.

Julgados: EDcl no REsp 818763/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 03/02/2014; RMS 031061/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 22/08/2012; RMS 019299/PB, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 09/10/2006; RMS 019435/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 20/03/2006; RMS 015224/PB, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 16/12/2002; AREsp 428311/DF (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 16/11/2016;

3. As autarquias possuem autonomia administrativa, financeira e personalidade jurídica própria, distinta da entidade política à qual estão vinculadas, razão pela qual seus dirigentes têm legitimidade passiva para figurar como autoridades coatoras em Mandados de Segurança.

Julgados: REsp 1132423/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2010; AgRg no Ag 800695/DF, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, DJe 22/04/2008; REsp 226189/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ 04/12/2006; REsp 575671/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 27/11/2006; REsp 1522122/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, publicado em 28/10/2016; REsp 1262621/CE (decisão monocrática), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 27/11/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 252)

4. As empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos possuem legitimidade ativa *ad causam* para a propositura de pedido de suspensão, quando na defesa de interesse público primário.

Julgados: AgInt no AREsp 916084/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/02/2017; AgRg na SLS 002123/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe 26/10/2016; AgRg no AREsp 784604/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/05/2016; AgRg no AREsp 050887/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 12/02/2016; AgRg no AgRg na SLS 001955/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 29/04/2015; AgRg na SLS 001874/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, DJe 29/05/2014;

5. A universidade federal, organizada sob o regime autárquico, não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que visa à repetição de indébito de valores relativos à contribuição previdenciária por ela recolhidos e repassados à União.

Julgados: AgInt no REsp 1608984/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/09/2016; REsp 1518772/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/05/2015; AgRg no REsp 982560/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/09/2014; AgRg no REsp 1418353/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/04/2014; AgRg no AREsp 247598/PE, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/04/2014; AgRg no AREsp 182463/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 16/09/2013;

6. Os Conselhos de Fiscalização Profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.

Julgados: AgInt no REsp 1574059/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/09/2016; AgRg no AREsp 456259/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 07/03/2014; REsp 1363163/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 30/09/2013; REsp 1330473/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/08/2013; AgRg no AREsp 248000/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/11/2012; REsp 1145265/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 21/03/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 526)

7. O benefício da isenção do preparo, conferido aos entes públicos previstos no art. 4º, caput, da Lei n. 9.289/1996, é inaplicável aos Conselhos de Fiscalização Profissional. (Tese julgada sob rito do art. 543-C do CPC/73 - TEMA 625)

Julgados: AgInt no REsp 1411768/AL, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/11/2016; AgRg no AREsp 626036/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 23/03/2015; AgRg nos EDcl no MS 020880/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, DJe 16/12/2014; AgRg no AREsp 458322/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 25/03/2014; AgRg no AREsp 324370/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/10/2013; REsp 1338247/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 506) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

8. O arquivamento provisório previsto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, dirigido aos débitos inscritos como dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, não se aplica às execuções fiscais movidas pelos conselhos de fiscalização profissional ou pelas autarquias federais. (Súmula n. 583/STJ) (Tese julgada sob rito do art. 543-C do CPC/73 - TEMAS 636 e 612)

Julgados: REsp 1343591/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/12/2013; REsp 1363163/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 30/09/2013; Rcl 033448/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, publicado em 15/02/2017; REsp 1424177/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 03/02/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 533) (Vide Súmula Anotada N. 583/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

9. Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem. (Súmula n. 497/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - TEMA 393)

Julgados: AgRg no REsp 1010361/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/04/2016; AgRg no REsp 1341707/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 10/05/2013; AgRg no REsp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/09/2012; REsp 957836/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 26/10/2010; REsp 1175518/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 02/03/2010; REsp 1122484/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 18/12/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 451) (Vide Súmula Anotada N. 497/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

10. As agências reguladoras podem editar normas e regulamentos no seu âmbito de atuação quando autorizadas por lei.

Julgados: REsp 1635889/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2016; REsp 1494081/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 09/12/2015; AgRg no REsp 1371426/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 24/11/2015; AgRg no REsp 1541592/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/09/2015; REsp 1386994/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 13/11/2013; REsp 1101040/PR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/08/2009;

11. Não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, facultado o exercício do poder de polícia fiscalizatório.

Julgados: AgInt no AREsp 541532/MG, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe 23/08/2016; AgRg no AREsp 539558/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/12/2014; EDcl no REsp 817534/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/06/2010; AREsp 689441/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, publicado em 05/02/2016;

12. Compete à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. (Súmula n. 150/STJ)

Julgados: AgInt no REsp 1605372/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 23/03/2017; AgInt no REsp 1598335/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 14/03/2017; AgInt no CC 147313/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 07/03/2017; REsp 1563151/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 06/03/2017; AgInt no CC 148180/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/03/2017; CC 149906/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 559) (Vide Súmula Anotada N. 150/STJ)

13. Compete à justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento. (Súmula n. 42/STJ)

Julgados: CC 136915/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 06/05/2016; AgRg no AREsp 472350/SP, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, DJe 11/12/2015; CC 133187/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 22/10/2015; REsp 996306/MA, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 11/10/2013; CC 119090/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 17/09/2012; CC 112787/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 13/09/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 571) (Vide Súmula Anotada N. 42/STJ)

14. Compete à Justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. (Súmula n. 501/STF)

Julgados: AgRg no CC 141868/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/02/2017; AgRg no CC 134819/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 05/10/2015; AgRg no CC 135327/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/10/2014; CC 121352/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 16/04/2012; AgRg no CC 117486/RJ, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2011; AgRg no CC 112208/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 16/11/2011;

(Vide Súmula Anotada N. 15/STJ)